



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

CASO BPN ■ ENTREGUE À COMISSÃO DE INQUÉRITO PARLAMENTAR



José Sócrates e Oliveira e Costa têm versões distintas quanto à venda da SLN ao Grupo Carlyle

Explicação do primeiro-ministro

● Em 15 de Novembro de 2007, o primeiro-ministro recebeu em audiência, a pedido do próprio, o presidente do conselho de administração do Banco Português de Negócios – BPN.

Nessa audiência foi comunicada ao primeiro-ministro a possibilidade de alteração da composição accionista do BPN, matéria sobre a qual o primeiro-ministro não expressou concordância ou discordância, tendo-se limitado a remeter o assunto para a entidade de supervisão com competências na matéria, o Banco de Portugal.

Em momento algum da referida audiência foram apresentadas ao primeiro-ministro quaisquer informações sobre dificuldades ou problemas internos do Banco Português de Negócios. ■

Gabinete do primeiro-ministro

Acta diz que PM aprovou negócio

■ José Sócrates nega ter dado aval à compra da SLN pelo Grupo Carlyle

● DIANA RAMOS

O primeiro-ministro admitiu ontem, em comunicado, ter reunido com Oliveira e Costa, então presidente do BPN/SLN, a 15 de Novembro de 2007. José Sócrates nega, contudo, ter dado aval à abertura de capital da SLN ao grupo Carlyle, mas a acta do Conselho Superior, entregue por Rui Machete à comissão de inquérito ao BPN, contraria esta versão.

“Nessa audiência foi comunicada ao primeiro-ministro a possibilidade de alteração da composição accionista do BPN, matéria sobre a qual o primeiro-ministro não expressou nem concordância nem

discordância”, diz o comunicado. Já a acta a que o CM teve acesso relata, nas palavras de Oliveira e Costa, que “a iniciativa foi bem acolhida pelo sr. primeiro-ministro, que manifestou satisfação pelo facto de a maioria do grupo permanecer sob controlo de accionistas portugueses”.

Rui Machete diz que venda surgiu por falta de dinheiro

Aos accionistas, Oliveira e Costa “deu ainda conhecimento da reunião no mesmo sentido com o sr. governador do Banco de Portugal, o qual (...), perante os mesmos factos, reagiu de forma idêntica”. “Foi o próprio sr. primeiro-ministro que informou o sr. governador do Banco de Portugal do encontro para que iria ser solicitado”, lê-se na acta. No comunicado, o primeiro-ministro diz apenas

✎ PORMENORES

● **ACCIONISTAS**
Quando os accionistas começaram a notar as dificuldades criaram uma comissão para avaliar a real situação da SLN.

● **PROPOSTA**
Oliveira e Costa e Joaquim Coimbra foram os principais mensageiros da proposta da Carlyle.

● **CRÍTICAS**
Rui Machete diz que a proposta nunca foi muito clara.

● **REAL SITUAÇÃO**
Em Março de 2008, os accionistas foram informados da necessidade de injectar 350 milhões na SLN.

que se limitou “a remeter o assunto para a entidade de supervisão com competências na matéria”.

Segundo as declarações de Rui Machete, ex-presidente do Conselho Superior, no Parlamento, “a principal preocupação era o cumprimento dos rácios de solvabilidade”. Aliás, segundo o relato de Machete, as dificuldades financeiras do grupo, que o primeiro-ministro garante não terem sido apresentadas por Oliveira e Costa, “começaram a sentir-se no último trimestre de 2007”, tendo surgido duas opções: a venda de capital a um grupo ou o aumento de capital, para o qual os principais accionistas deveriam contribuir.

É neste contexto que surge a hipótese de venda à Carlyle. “As razões foram evidenciadas na proposta apresentada e essencialmente porque o grupo precisava de dinheiro”, afirmou Rui Machete. ■



EX-PRESIDENTE DO BPN SOLICITOU UMA AUDIÊNCIA AO PM PARA DISCUTIR A VENDA DA INSTITUIÇÃO

Oliveira e Costa reuniu-se com Sócrates

O primeiro-ministro, José Sócrates, teve, em 2007, uma reunião com José Oliveira e Costa, numa audiência que se realizou a pedido do ex-presidente do BPN, revelou ontem o gabinete do primeiro-ministro num comunicado às redacções.

De acordo com a nota, na

reunião – realizada no dia 15 de Novembro – “foi comunicada ao primeiro-ministro a possibilidade de alteração da composição acionista do BPN”, explicando o gabinete de Sócrates que, face à possibilidade de venda da instituição, “o primeiro-ministro não expres-

sou nem concordância nem discordância, tendo-se limitado a remeter o assunto para a entidade de supervisão com competências na matéria, o Banco de Portugal”. Ainda de acordo com a nota enviada às redacções, a existência de “dificuldades ou problemas internos do

BPN”, não foram apresentadas em “momento algum da referida audiência”.

O gabinete de José Sócrates escusou-se a adiantar mais detalhes acerca dos motivos que levaram o primeiro-ministro a receber Oliveira e Costa, mas, segundo o *24horas* conseguiu

apurar, é frequente o primeiro-ministro receber pedidos de audiência e reunir-se com responsáveis de instituições com importância na vida do nosso país, não sendo necessário, muitas vezes, serem apresentadas justificações para os pedidos.

JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA

BANCO ESTÁ A FAZER CONTAS AOS PREJUÍZOS E DEPOIS IRÁ PARA TRIBUNAL

BPN vai processar três antigos gerentes

O BPN vai processar brevemente os três antigos gerentes envolvidos em alegados desfalques nas agências das Amoreiras, Fafe e Gandra, segundo revelou fonte da instituição bancária ao *24horas*. O banco ainda está a apurar o valor global dos desvios, mas que ultra-

passarão dez milhões de euros. Seria "premature" avançar já com os processos para o exterior do banco, enquanto as auditorias não concluírem o seu trabalho. Devido ao novo sistema de rotatividade de gerentes têm sido detectadas outras "irregularidades contabilísticas", só que

envolvendo crimes e prejudicando os clientes somente são conhecidos os casos das Amoreiras, Fafe e Gandra, em que os respectivos ex-gerentes, Gama Pereira, José Augusto e Artur Alho, estão incontactáveis e fora do país. Segundo a mesma fonte, decorre já procedimento dici-

plinário contra eles, enquanto se preparam acções cíveis e criminais visando ressarcir o BPN pelos alegados desvios. O facto de o BPN assumir as falhas dos ex-gerentes não significa que deixe de "exercer acções junto dos tribunais para ressarcir a instituição dos prejuízos". ■



Os três gerentes em causa estão fora do País



BPN

Sócrates não deu opinião sobre possível venda

➔ O primeiro-ministro teve conhecimento através do antigo presidente do BPN de contactos para uma possível venda da instituição, mas garante que se absteve de tomar qualquer posição, refere uma nota do gabinete de José Sócrates.

“O primeiro-ministro recebeu em audiência, a pedido do próprio, o presidente do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios - BPN em 15 de Novembro de 2007”, confirma numa nota enviada a agência Lusa o gabinete do primeiro-ministro. Nessa audiência, adianta, “foi comunicada ao primeiro-ministro a possibilidade de alteração da composição accionista do BPN, matéria sobre a

qual o primeiro-ministro não expressou nem concordância nem discordância tendo-se limitado a remeter o assunto para a entidade de supervisão com competências na matéria, o Banco de Portugal”. A existência de “dificuldades ou problemas internos do BPN” não foram apresentadas em “momento algum da referida audiência”, assevera o gabinete de Sócrates.

O conhecimento do primeiro-ministro e do governador do Banco de Portugal sobre a existência da intenção de vender o grupo ou parte à Carlyle está referido numa acta de uma reunião lida por deputados do PCP e do BE numa audição antontem, no Parlamento. ■



BPN em situação insustentável

BANCA A administração do Banco Português de Negócios (BPN) admitiu, num documento interno difundido pelo correio electrónico, que “a situação de liquidez do banco atingiu valores absolutamente inimagináveis e insustentáveis a curto prazo”. “A saída diária de depósitos está a conduzir a instituição para uma situação de extrema gravidade”, refere a nota interna do BPN.



Grupo BPN fintou Banco de Portugal

Oliveira Costa e Luís Caprichoso venderam SLN Imobiliária, mas logo a seguir recompraram-na

Já não deviam surpreender, mas as histórias em torno do BPN e da sociedade que o controlava antes da nacionalização, a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) mostram como se conseguiu esconder durante muito tempo um conjunto alargado de operações duvidosas — que o Banco de Portugal (BdP) não conseguiu identificar.

Não é que o regulador do sector financeiro não tivesse, aqui e ali, sinais de que algo estava estranhamente mal. Uma prova disso é um negócio feito em 2000 por cinco accionistas da SLN — os irmãos Cavaco (António e Manuel), Fernando Cordeiro, Manuel Veríssimo e Rui Fonseca, que compraram as empresas imobiliárias do grupo, cumprindo uma determinação do BdP, para depois as venderem novamente à SLN a pedido do presidente desta empresa na altura, José Oliveira Costa — mas usando sociedades sedeadas em paraísos fiscais (*offshore*).

Documentos a que o Expresso teve acesso — e que foram ontem entregues pelo CDS-PP à comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN — revelam que, em Agosto de 2000, a SLN celebrou um protocolo de venda da SLN Imobiliária a aqueles cinco accionistas. Esta operação foi forçada pelo BdP, com o objectivo de levar o grupo a cumprir as normas prudenciais, tendo em conta que se verificava “uma diminuição significativa dos fundos próprios e do rácio de solvabilidade”.

Em Julho de 2000, o BdP dirigiu uma carta à SLN dando-lhe um prazo de 60 dias para resolver o problema. Em causa estava o facto de a SLN ser considerada uma empresa financeira pois, apesar de ter uma enorme variedade de negócios não financeiros, a banca representava mais de 50% das suas participações. Pelo que tinha de cumprir os rácios de solvabilidade impostos pelo BdP.

Para que tal acontecesse, era preciso que vendesse uma série de activos imobiliários onde havia riscos excessivos.

A SLN, através de Oliveira Costa e do seu braço-direito Luís Caprichoso, vendeu então a SLN Imobiliária aos cinco accionistas. Esta passou a chamar-se



Oliveira Costa é até agora o único ex-responsável do BPN em prisão preventiva FOTO LUIZ CARVALHO

Camden Capital Corporation. O valor da venda da SLN Imobiliária ascendeu a €20 milhões.

A Camden foi depois entregue novamente à SLN, assim como as sociedades com sede em paraísos fiscais (*offshores*) que esta criou para a área imobiliária, com nomes tão sugestivos como

Zala, Alle Ricia, Quila, Kenlusa, Marton, Radoor e Jamaque. Mas isto terá passado despercebido ao BdP.

No acordo entre a SLN e os cinco accionistas tinha ficado em aberto a hipótese de a SLN recomprar a SLN Imobiliária no prazo de três anos, mas dois

anos depois, a 29 de Novembro de 2002, é assinado um novo protocolo através do qual a SLN renuncia ao direito de recompra. Uma versão contrariada por dois dos accionistas contactados pelo Expresso (ver caixa). Neste segundo acordo os accionistas comprometeram-se, en-

Versões contraditórias

O negócio descrito nos protocolos para esconder do Banco de Portugal a verdadeira titularidade da SLN Imobiliária tem uma versão diferente para dois dos accionistas que responderam ao Expresso. António Cavaco afirmou que houve efectivamente um protocolo para que os accionistas adquirissem as acções da SLN Imobiliária, mas que “pouco tempo depois todos os activos voltaram à SLN”, segundo recorda. Quanto ao preço não pode afirmar com precisão qual foi, mas “recebemos o mesmo que pagámos pela compra e cada um de nós entrou com partes iguais”. Não se lembra, contudo, de ter assinado um segundo protocolo, assegurando que “nunca retirou qualquer dividendo desta situação”. Já Fernando Cordeiro é peremptório ao afirmar que “assinou apenas um protocolo para que as acções passassem para nós até que Oliveira Costa constituísse uma empresa para voltar a colocá-las lá”. Cordeiro disse ainda não ter pago nem recebido nada e que “houve um pagamento, possivelmente por parte de Oliveira Costa que passou por uma conta mas não de €20 milhões”. Cordeiro diz “desconhecer a Camden”, acrescentando que, quando questionou Oliveira Costa, este disse que o assunto estava tratado. “Só acordei colaborar porque acreditava no presidente”, afirma.

quanto detentores do capital da Camden, a votar uma resolução através da qual esta se obrigava a vender à SLN, ou a quem esta designasse, participações sociais em quatro activos: 150 mil acções da Urbinégócios (15% do capital), a totalidade do capital da Foz Garden-Sociedade Imobi-

liária, 60 mil acções do capital da Parvir-Participações, Gestão e Promoção Imobiliária (8%) e 150 mil acções da Quinta da Torre de Santo António (15%).

Este expediente pretendia iludir o BdP quanto à boa vontade do grupo para proceder à reestruturação da área imobiliária, retirando estes negócios do perímetro de consolidação da SLN.

Persistem dúvidas quanto ao facto de os accionistas terem actuado como testas-de-ferro e quanto à forma como foi feito o pagamento. O Expresso contactou os cinco accionistas envolvidos no negócio mas até à hora de fecho apenas António Cavaco e Fernando Cordeiro responderam. Ambos afirmam que a operação foi explicada por Oliveira Costa como fazendo parte de uma reestruturação da área imobiliária do grupo, que teria de passar para outra empresa por exigência do BdP. Dizem também que não se lembram de ter assinado o segundo protocolo, assim como a constituição da sociedade Camden (ver caixa). Uma versão que contraria os protocolos assinados. Fernando Cordeiro equaciona inclusivamente agir judicialmente contra Oliveira Costa.

O BdP terá tido acesso aos documentos em causa e como tal à avaliação feita ao valor de mercado do património, que dois anos depois foi reavaliado em €24 milhões, em vez dos €20 milhões a que tinha sido vendido. Os contornos desta operação reflectem o *modus operandi* da gestão de Oliveira Costa.

O Expresso teve ainda acesso a uma declaração datada de 24 de Novembro de 2007, através da qual se constata que a titularidade da Camden pertence à Marazion Holding, fazendo parte do universo SLN, no âmbito do levantamento levado a cabo pela administração de Cadilhe às *offshores* do grupo — o denominado projecto César.

No âmbito da auditoria da Mazard feita ao Banco Insular quer a Camden quer as *offshores* sob a sua alçada têm créditos e depósitos a descoberto no Insular que ascendem a €40 milhões, alguns dos quais sem assinatura dos últimos beneficiários.

ISABEL VICENTE

ivicente@expresso.imprensa.pt



SLN escondeu terrenos ao Banco de Portugal

Em 2000, o **Banco de Portugal obrigou Oliveira Costa a vender a SLN Imobiliária**. Cinco accionistas da SLN ficaram com ela, mas depois revenderam-na ao grupo. Foram usadas *off-shores* no negócio



PRIMEIRO-MINISTRO ABSTEVE-SE NA POSSÍVEL VENDA DO BANCO À CARLYLE

Sócrates indiferente a BPN em mãos estrangeiras

Oliveira Costa pediu, em 2007, uma reunião a Sócrates para comunicar eventual alteração na estrutura accionista do banco.

SANDRA ALMEIDA SIMÕES
ssimoes@economicasgps.com

Numa altura em que a decisão sobre o futuro do Banco Português de Negócios está por dias, continuam a apurar-se factos do passado da instituição, sobretudo ocorridos durante a

gestão de José de Oliveira Costa.

Ontem, o primeiro-ministro revelou ter tido conhecimento através do antigo presidente do BPN de contactos para uma possível venda da instituição à Carlyle, garantindo que se absteve de tomar qualquer posição sobre a manutenção ou não do grupo em mãos nacionais. José Sócrates recebeu em audiência, a pedido do próprio, o presidente do conselho de administração do BPN em 15 de Novembro de 2007, de acordo com uma nota do gabinete do primeiro-ministro, divulgada pela agência Lusa.

Nessa audiência, "foi comu-

nicada ao primeiro-ministro a possibilidade de alteração da composição accionista do BPN", tendo o primeiro-ministro remetido o assunto para o Banco de Portugal. No entanto, no que se refere às "dificuldades ou problemas internos do Banco", não foram apresentadas em "momento algum na referida audiência", assegura o gabinete de José Sócrates na mesma nota.

O conhecimento do primeiro-ministro José Sócrates e do governador do Banco de Portugal sobre a existência da intenção de vender o grupo ou parte à Carlyle está referido numa acta

de uma reunião lida por deputados do PCP e do BE numa audiência na passada quinta-feira, no Parlamento.

FUTURO DO BANCO DECIDIDO MUITO EM BREVE

Depois da equipa liderada por Francisco Bandeira ter apresentado ao Ministério das Finanças os possíveis cenários para o banco, na próxima semana Teixeira dos Santos vai receber o relatório encomendado à Deloitte e ao Deutsche Bank. Nessa altura, o Governo estará em condições de se pronunciar sobre o futuro da instituição nacionalizada. ■



Vakil diz que Banco de Portugal queria venda em Cabo Verde

Actas. O sucessor de Oliveira Costa no BPN, Abdool Vakil queria dar uma resposta completa ao Banco de Portugal e ameaçou mesmo demitir-se

■ EVA CABRAL

Abdool Vakil assumiu na reunião do Conselho Superior da SLN de 12 de Maio de 2008 a sua "enorme preocupação numa resposta a ser dada por escrito a uma carta do Banco de Portugal e na qual terão de ser indicadas pelo conselho de administração da SLN as relações que o grupo tem com uma entidade em Cabo Verde".

Nessa reunião, o conselheiro e accionista Alberto Queiroga Figueiredo assumiu "a delicadeza do assunto" considerando que a referida carta deveria ser objecto de análise na assembleia geral da SLN que se iria realizar passadas duas semanas.

Face a esta posição, Abdool Vakil referiu que "de uma forma geral todos os problemas se centram na área financeira, nomeadamente BPN, SA, e BPN, SGPS, manifestando mais uma vez a sua preocupação em relação ao rating e suas consequências".

O sucessor de José Oliveira Costa no banco referiu mesmo a sua "preocupação quanto ao risco reputacional e risco de 'corrida' aos depósitos" embora realçando que pelos dados então disponíveis este "não era ainda motivo de alarme".

O administrador do BPN e da SLN lembrou que o Banco de Portugal pretendia "uma clara separação da área financeira da área não financeira" sob pena de vir a "impor restrições à captação de depósitos e/ou concessão de crédito, ou outras, tais como o aumento de capital social para recompor o rácio de fundos próprios para os 9% exigidos pelo BP".

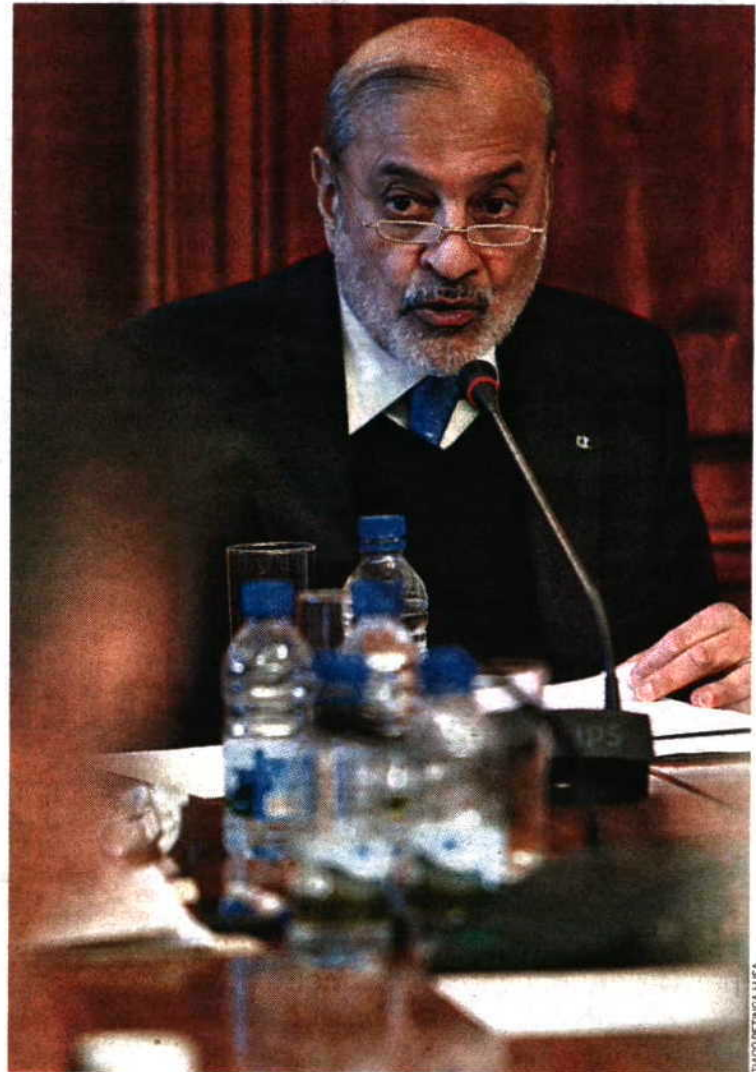
Abdool Vakil referiu, ainda, que "no passado as cartas enviadas

pelo Banco de Portugal eram ignoradas pelo Conselho de Administração (durante a gestão de Oliveira Costa) e que naquele momento existiam cartas por responder. Especificamente "em relação à carta sobre as relações com a entidade de Cabo Verde referida anteriormente, disse que só poderia responder caso os conselheiros aprovassem o *draft* por si preparado". Vakil solicitou mesmo a ajuda de Rui Machete para se elaborar a carta final, tendo o presidente demissionário do Conselho Superior da SLN referido quinta-feira na comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN que efectivamente participara na redacção final da missiva de resposta ao BP.

Nessa reunião do Conselho Superior foi assim proposto "que a resposta ao BP contivesse apenas a informação estritamente necessária", com Vakil a responder "que tinha de preservar a sua credibilidade junto do Banco de Portugal, pelo que colocava o seu lugar à disposição caso a resposta

não fosse completa". O administrador do BPN realçou ainda o facto do vice-Governador do Banco de Portugal, Duarte Neves, numa reunião que teve lugar recentemente, ter considerado que a melhor solução era a venda dessa entidade em causa (banco insular) a terceiros".

Tal como já esta semana Rui Machete explicou aos deputados, na reunião assumiu que esta "era de facto uma situação complicada, salientado que por um lado existia um dever de informar com rigor, mas que por outro lado, de facto, não se conhecia tudo para dar uma resposta completa e miruciosa". Rui Machete aconselhou mesmo que a questão "tinha de ser ob-



Abdool Vakil queria preservar a sua credibilidade junto do BP

Sócrates rejeita ter tomado posição

"O primeiro-ministro teve conhecimento através do antigo presidente do BPN de contactos para uma possível venda da instituição", mas garante que se absteve de tomar qualquer posição, refere ontem uma nota do gabinete de Sócrates. A nota diz que recebeu **Oliveira Costa**, a seu pedido, a 15 de Novembro de 2007 e adianta que lhe "foi comunicada a possibilidade de alteração da composição accionista do BPN".

jecto de análise com uma grande frieza". Recorde-se que na ida à AR Machete entregou as actas – que estão no arquivo da Fundação Luso-Americana – onde se revela que na reunião deste órgão, data de 17 de Dezembro de 2007, Oliveira Costa refere ter dado conhecimento ao primeiro-ministro, José Sócrates, da intenção de alienar à Carlyle uma parte do capital do grupo. Oliveira Costa disse ainda ao Conselho Superior que "Sócrates acolheu bem o negócio, e disse mesmo ir avisar o governador do BP sobre a hipótese deste se concretizar". Uma tese que o primeiro-ministro já desmentiu (ver texto em caixa). ■



Sócrates diz que não tomou posição sobre venda do BPN

● O primeiro-ministro teve conhecimento através do antigo presidente do BPN de contactos para uma possível venda da instituição, mas garante que se absteve de tomar qualquer posição, refere uma nota do gabinete de José Sócrates divulgada ontem.

“O primeiro-ministro recebeu em audiência, a pedido do próprio, o presidente do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios em 15 de Novembro de 2007”, confirma numa nota enviada a agência Lusa o gabinete do primeiro-ministro.

Nessa audiência, adianta, “foi comunicada ao primeiro-ministro a possibilidade de alteração da composição accionista do BPN, matéria sobre a qual o primeiro-ministro não expressou nem concordância nem discordância, tendo-se limitado a remeter o assunto para a entidade de supervisão com competências na matéria, o Banco de Portugal”.

A existência de “dificuldades ou problemas internos do Banco Português de Negócios” não foram apresentados em “momento algum da referida audiência”, assevera o gabinete de Jo-

sé Sócrates na mesma nota.

O conhecimento do primeiro-ministro e do governador do Banco de Portugal sobre a existência da intenção de vender o grupo ou parte à Carlyle está referido numa acta de uma reunião lida por deputados do PCP e do BE numa audiência esta quinta-feira, no Parlamento.

Na audiência em sede de inquérito parlamentar à nacionalização do BPN, Rui Machete, antigo presidente do Conselho Superior da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), disse aos deputados que a única coisa que podia “esclarecer sobre essa matéria é que foi apresentada uma razão [por Oliveira e Costa] para contactar o primeiro-ministro”, que era a manutenção ou não do grupo em mãos nacionais.

“Se houve ou não contactos e que contactos, terá de perguntar aos próprios”, respondeu Rui Machete na audiência parlamentar. Na leitura da acta, os deputados que integram a comissão de inquérito fizeram referência à manifestação de “satisfação” por parte do primeiro-ministro, José Sócrates, por existir essa possibilidade.